



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, n° 35, Centro, Espírito Santo/RN  
CEP: 59.180-000 – CNPJ: 08.362.287/0001-01

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 – PMES/RN**

O **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, inscrito no CNPJ sob n°. 08.362.287/0001-01, com sede na Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, n° 35, Centro, Espírito Santo/RN, por meio de sua Pregoeira, designada pela Portaria n°. 007/2020 - GP, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR VALOR POR LOTE**”, às **10h (Horário de Brasília)** do dia **30 de dezembro de 2022**, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002702/2022- PMES/RN**, nos termos da Lei n°. 10.520/02, do Decreto Federal 10.024/2019, e subsidiariamente, das normas constantes na Lei n°. 8.666/93, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

*Observação: O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).*

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS e MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o “**MENOR VALOR POR LOTE**”, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Modelo da Proposta de Preços.

**ANEXO III** - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei n° 10.520, de 2002).

**ANEXO IV** - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei n° 9.854/99)

**ANEXO V** - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007.

**ANEXO VI** - Minuta de Ata de Registro de Preços

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será o Município de Espírito Santo/RN.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.2.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores

3.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8º, inciso V, da Lei nº. 9.605/1998;

3.2.6. Que não apresente na fase de credenciamento a Declaração de que cumpre os requisitos de Habilitação, conforme anexo III.

3.2.7. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.8. Que estejam reunidas em consórcio;

3.2.9. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.10. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º. da Lei nº. 8.666/93.

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) observadas data e horário limite estabelecido neste edital.

3.4. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

3.6. No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

3.8. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão se referir ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no link "Processos" para acompanhar, ou cadastrar-se no link "Adesão", para participar;

4.2. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h (Horário de Brasília) do dia 20/12/2022 até às 08h (Horário de Brasília) do dia 30/12/2022, por meio do endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico;

4.3. As propostas serão abertas às 09h30 (Horário de Brasília) do dia 30/12/2022.

4.4. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 10h (Horário de Brasília) do dia 30/12/2022.

4.5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o prévio cadastramento do usuário, da senha pessoal que é intransferível, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.6. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone (61) 3120-3737 (Portal de Compras Públicas).

4.7. A senha poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas, devidamente justificado.

4.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Espírito Santo/RN e/ou Portal de Compras Públicas, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.10. Em se tratando de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação conforme o caso.

4.11. Caso o PROPONENTE já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se ao Portal de Compras Públicas.

4.12. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. As propostas serão encaminhadas via sistema eletrônico. O envio da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema, VALOR UNITÁRIO POR ITEM;

5.3. Qualquer problema com o cadastramento das propostas, o licitante deverá entrar em contato com o Portal de Compras Públicas, pois é de inteira responsabilidade da mesma em sanar problemas relacionados com o sistema;

5.4. As propostas cadastradas divergentes ao solicitado no presente edital, serão desclassificadas, uma vez que dificulta a operacionalização do sistema em razão da classificação de ME, EPP.

5.5. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital.

5.6. Após a realização da sessão pública o licitante deverá encaminhar a Proposta de Preços em uma via digitada e impressa, preferencialmente no Formulário Padrão de Proposta (ANEXO II), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

5.7. A licitante deverá enviar a Proposta de Preços a Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – Setor de Licitações, no endereço: Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, n° 35, Centro, Espírito Santo/RN, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da sessão, sob pena de desclassificação da proposta após comunicação.

5.8. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ CONTER:

5.8.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando as MARCAS dos produtos ofertados, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

5.8.2. Preço UNITÁRIO, TOTAL POR ITEM E TOTAL GLOBAL, em algarismo e de preferência por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.

5.8.2.1. Que nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.8.3. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

5.8.4. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.8.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.8.6. Declaração de que a proposta foi elaborada de maneira independente, inclusive que não discutiu o seu teor com nenhum potencial participante do certame, assim como também não tomou conhecimento das propostas dos demais licitantes

5.9. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E LANCES NA SESSÃO PÚBLICA**

6.1. A partir do horário previsto neste Edital terão início à sessão pública do pregão eletrônico, passando a Pregoeira a aceitabilidade das propostas e logo em seguida a sua divulgação.

6.2. A Pregoeira analisará as propostas de preços eletronicamente encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento convocatório.

6.3. A decisão sobre classificação de propostas comerciais será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas empresas.

6.4. Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado.

6.5. A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor.

6.6. Os lances apresentados deverão referir-se em cima do VALOR UNITÁRIO POR ITEM de acordo com a unidade de medida;

6.7. Não serão aceitas cotações com valores unitários e totais com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para menor.

6.8. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá a Pregoeira verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

6.9. Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerão como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

6.10. Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.

6.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.12. Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado.

6.13. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

6.14. Por iniciativa da Pregoeira, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15. O tempo aleatório será gerado automaticamente pelo sistema eletrônico, podendo durar de 01 segundo a 30 minutos sendo, portanto desconhecido.

6.16. Em face da impossibilidade de determinação do tempo aleatório recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

6.17. O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

6.18. No caso de desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

6.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos após aberta a sessão, o pregão será suspenso e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes por meio do próprio sistema. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

6.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 147/2014.

6.21. Poderão ser corrigidos automaticamente pela Pregoeira depois de encerrados, erros relativos a operações matemáticas.

6.22. Casos não se realizem lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da contratação.

6.23. Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes, serão disponibilizado no sistema utilizado, sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento por parte do licitante.

6.24. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo "DOCUMENTO" no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de decair seus direitos.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

7.2.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, neste caso, preferencialmente, em até 24 horas úteis antes da sessão, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

7.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

#### 7.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário).

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver.

c) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.1.1 - Caso já tenham sido apresentados no momento do credenciamento para este Pregão, os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" do item anterior não precisarão constar do envelope de habilitação.

#### 7.3.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, emitida nos últimos **30 (trinta) dias**, a contar da data da abertura dos envelopes de habilitação.

#### 7.3.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ/MF**, expedido pela Receita Federal.

b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal.

d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS** - **CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

#### 7.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentar 1 (UM) ou mais, **ATESTADO** ou **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a empresa prestou serviço, a contento, compatível com os serviços objeto deste Pregão.

a.1) Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) por empresa(s) do mesmo grupo empresarial do licitante;

b) **APRESENTAR LICENÇA SANITÁRIA**, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, ou Distrito Federal ou Municípios, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer;

c) **APRESENTAR AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE)** vigente, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

d) **APRESENTAR REGISTRO DOS PRODUTOS OU A NOTIFICAÇÃO OU A DISPENSA DE REGISTRO**, vigente e atualizado, via impressão no site da Anvisa, de acordo com a RDC nº 185 de 22 de outubro de 2011, § 1º; 13.1.3.1. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

d.1) Se o registro tiver vencido, a empresa deve apresentar cópia do protocolo em que solicita à ANVISA a renovação do certificado nos termos do art. 12 da Lei nº 6.360/76 e RDC 185/2001, que trata, entre outras coisas, da revalidação e do cancelamento do registro.

#### 7.3.5 - OUTROS:

a) **DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) COM MENOS DE 18 (DEZOITO) ANOS** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**Anexo III**).

b) Declaração Assegurando a Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (**Anexo VI**).

7.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº. 11.488/2007.

7.4.1. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Para fins de habilitação, a Pregoeira poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

7.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. No julgamento da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.9.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

7.9.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.9.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.10. Ao preço do licitante declarado vencedor poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

7.10.1. Neste caso, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até que se atinja a quantidade total estimada no Termo de Referência.

7.11. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Pregoeira e por todas os licitantes presentes.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS



8.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº. 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

8.3. Cabe a Pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

8.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela Pregoeira, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

8.4. O acolhimento de recurso, pela Pregoeira, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

#### **CLÁUSULA NONA - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo máximo de 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

10.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

12.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº. 7.892/2013, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1 - O prazo para a entrega dos materiais será de no máximo 05 (cinco) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de entrega da Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

13.2 - Os materiais deverão ser entregues na sede do Município de Espírito Santo/RN.

13.3 - Os materiais serão recebidos pela Secretaria Municipal Requisitante, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações; e

b) definitivamente, no prazo máximo de 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, após a verificação da qualidade e da quantidade e consequente aceitação.

13.4 - A licitante vencedora deverá entregar o material acondicionado adequadamente e de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento.

13.5 - As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da licitante vencedora.

13.6 - No caso de constatada divergência entre o material entregue e o especificado no Termo de Referência, a licitante vencedora deverá substituir o mesmo em no máximo 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, contados a partir da comunicação da recusa.

13.7 - Caso a licitante vencedora não entregue o material nas condições estabelecidas neste Edital e Anexo I (Termo de Referência), deverá a Secretaria Municipal Requisitante comunicar, de imediato, o Prefeito Municipal para as providências cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, conforme prazos estabelecidos nas Resoluções nº 028/2020 e 032/2016 do TCE/RN e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

14.2. Para que seja atestada a Nota Fiscal apresentada pela Contratada deverá estar acompanhada das seguintes comprovações:

14.2.1. Ocorrerá à retenção ou glosa, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando essa não produzir os resultados, deixarem de entregar ou não entregar com a qualidade dos materiais licitados;

14.2.2. O pagamento está condicionado ainda, ao ATESTO na Nota Fiscal de Mercadoria - Nfe, que comprove a aquisição dos materiais.

14.2.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal de Mercadorias deverá ser o mesmo indicado no Empenho, na liquidação e no domicílio bancário;

14.3. Atestada(s) a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da Lei.

14.4. A Nota Fiscal de Mercadorias deverá estar bem explícita na sua descrição os quantitativos unitários por item, o preço unitário por item, o preço total por item. E nas observações das Nfe's o número do Empenho, o número do contrato, o número do pregão eletrônico e o domicílio bancário.

14.5. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto deste termo de referência, correrão por conta exclusiva da contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme descrito abaixo:

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2088 - MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA  
Natureza da Despesa: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Natureza da Despesa: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Natureza da Despesa: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2059 - MANUTENÇÃO DO PAB FIXO  
Natureza da Despesa: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16000000 - ransf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2101 - Enfrentamento da Emergência COVID19  
Natureza da Despesa: 33.90.30- MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2101 - Enfrentamento da Emergência COVID19  
Natureza da Despesa: 3.3.90.32 - ATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2090 - MANUT. DO PROG. NASF.  
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2087 - MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL  
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2049 - MANUTENCAO DO PROGRAMA SOU CIDADÃO – SAÚDE  
Natureza da Despesa: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2090 - MANUT. DO PROG. NASF.  
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte:

Unidade: 11.002 – SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2089 - MANUT. DO PROG. ENDIMIAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2066 - SERV.DE CONVIVENCIA E FORT. DE VÍNCULOS AO IDOSO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2069 - SERV.DE CONV.E FORT.DE ADOLEC.S E JOVENS DE 15 A 18

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade : 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2070 - SERV.DE CONV.E FORT.DE VINC.0 A 3

Natureza da Despesa: MATERIAL DE CONSUMO - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2073 - MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2074 - SERV.DE PROTEÇÃO E ATENDI. INTEGRAL A PAIF/CRAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2091 - MANUT. DO CRAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2102 - Enfrentamento da Emergência COVID19

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2103 - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2076 - PROGRAMA AUXILIO SOCIAL E BENEFICIOS EVENTUAIS

Natureza da Despesa: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 07.001 - SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ação: 2017 - MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Unidade: 07.001 - SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ação: 2021 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 15510000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Unidade: 07.001 - SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Unidade: 07.001 - SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ação: 2039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA E LAZER

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 3.555/2000 e do Decreto nº. 5.450/2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

16.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

16.1.2. Apresentar documentação falsa;

16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

16.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.6. Cometer fraude fiscal;

16.1.7. Fizer declaração falsa;

16.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

16.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

16.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

17.1.1. Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 2 (dois) dias úteis do recebimento.

17.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

17.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

17.4. É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.5. No caso de inscrições cadastrais e certidões que não constem expostos prazos de validade, serão considerados apenas aqueles cuja emissão tenha ocorrido a um prazo não superior a 90 (noventa) dias; Não se aplica as condições deste item para documentos pessoais de sócios e jurídicos da empresa, assim como qualificação técnica.

17.6. Em todos os casos e em todas as fases do certame, serão aceitas Cópias Simples de Documentos, desde que acompanhando pela via original para autenticação da Pregoeira ou Equipe de Apoio, não sendo aceitos cópias autenticadas como original para fim de conferência, sendo imprescindível a apresentação de documento via original.

17.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.9. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

17.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do art. 5º, III, da Lei nº. 10.520/2002.

17.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº. 3.722/2001, do Decreto nº. 7.892/2013, da Lei Complementar nº. 123/2006 e da Lei nº. 8.666/ 1993, subsidiariamente.

17.18. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Goianinha/RN, com exclusão de qualquer outro.

Espírito Santo/RN, 19 de dezembro de 2022.

**Monique Guedes Duarte Gaspar Pinto**  
Pregoeira Oficial do Município

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 – PMES/RN**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN  
CEP: 59.180-000 – CNPJ: 08.362.287/0001-01

**1. OBJETO:**

O Presente Termo de Referência tem por objetivo reunir elementos e informações necessários, destinado à futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS e MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, para manter condições de funcionamento, garantindo o atendimento aos usuários e o atendimento à saúde, conforme especificações e quantidades abaixo.

Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES, conforme especificações, quantitativos máximos e condições mínimas abaixo apresentadas:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT COM 100UNID.	PACOTE	300	R\$ 6,20	R\$ 1.860,00
2	ALCOOL ABSOLUTO 99° 1000ML	LITRO	800	R\$ 11,92	R\$ 9.536,00
3	ALCOOL EM GEL 70% 1000ML	LITRO	1.500	R\$ 9,42	R\$ 14.130,00
4	ALCOOL ETÍLICO 70% 1000ML	LITRO	2.000	R\$ 11,70	R\$ 23.400,00
5	ALGODÃO HIDRÓFILO 250G	ROLO	1500	R\$ 8,47	R\$ 12.705,00
6	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G	ROLO	1500	R\$ 14,03	R\$ 21.045,00
7	ALMOTOLIA 250 ML	UNIDADE	500	R\$ 4,34	R\$ 2.170,00
8	ALMOTOLIA 500 ML	UNIDADE	300	R\$ 6,50	R\$ 1.950,00
9	BOLSA TERMICA CAPACIDADE 750 ML	UNIDADE	80	R\$ 11,47	R\$ 917,60
10	BOLSA TERMICA CAPACIDADE 2 LTS	UNIDADE	80	R\$ 26,90	R\$ 2.152,00
11	CLAMP PARA CORDÃO UMBILICAL	UNIDADE	600	R\$ 28,82	R\$ 17.292,00
12	CLOREXIDINA AQUOSA 1000ML	LITRO	200	R\$ 23,27	R\$ 4.654,00
13	CLOREXIDINA DESGERMANTE 1000ML	LITRO	300	R\$ 23,53	R\$ 7.059,00
14	COLAR CERVICAL DE RESGATE G	UNIDADE	30	R\$ 15,07	R\$ 452,10
15	COLAR CERVICAL DE RESGATE M	UNIDADE	30	R\$ 15,07	R\$ 452,10
16	COLAR CERVICAL DE RESGATE P	UNIDADE	20	R\$ 15,07	R\$ 301,40
17	COLCHÃO TIPO CASCA DE OVO	UNIDADE	15	R\$ 193,33	R\$ 2.899,95
18	COLETOR DE URINA GARRAFA	FRASCO	200	R\$ 4,90	R\$ 980,00
19	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	UNIDADE	1.200	R\$ 0,93	R\$ 1.116,00
20	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO	UNIDADE	1.200	R\$ 0,93	R\$ 1.116,00
21	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO	UNIDADE	2.500	R\$ 1,23	R\$ 3.075,00
22	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UNIDADE	2.000	R\$ 4,55	R\$ 9.100,00
23	DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINARIA ADULTO	UNIDADE	800	R\$ 1,46	R\$ 1.168,00
24	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	24.000	R\$ 1,32	R\$ 31.680,00
25	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP	UNIDADE	2000	R\$ 1,22	R\$ 2.440,00



26	ESPATULA DE AYRES PACOTE COM 100	PACOTE	350	R\$ 11,74	R\$ 4.109,00
27	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19X30CM	UNIDADE	600	R\$ 4,53	R\$ 2.718,00
28	FITA PARA AUTOCLAVE 19X30CM	UNIDADE	600	R\$ 5,31	R\$ 3.186,00
29	FITA REAGENTE HGT CAIXA COM 50	CAIXA	1500	R\$ 31,57	R\$ 47.355,00
30	GARROTE PARA PRECEDIMENTO ADULTO P/ COLETA DE SANGUE	UNIDADE	250	R\$ 27,00	R\$ 6.750,00
31	GARROTE PARA PRECEDIMENTO INFANTIL P/ COLETA DE SANGUE	UNIDADE	250	R\$ 27,00	R\$ 6.750,00
32	KIT MÁSCARA DE VENTURI AJUSTÁVEL ADULTO ALONGADA	UNIDADE	50	R\$ 23,90	R\$ 1.195,00
33	KIT MÁSCARA DE VENTURI AJUSTÁVEL INFANTIL ALONGADA	UNIDADE	50	R\$ 23,90	R\$ 1.195,00
34	LANCETA PICADORAS, EM AÇO INOX, C/ 100 UND	CAIXA	2000	R\$ 24,66	R\$ 49.320,00
35	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 6,5	PAR	2.500	R\$ 2,12	R\$ 5.300,00
36	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 7, 0	PAR	3.000	R\$ 2,12	R\$ 6.360,00
37	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 7, 5	PAR	3.000	R\$ 2,12	R\$ 6.360,00
38	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº8, 0	PAR	2.000	R\$ 2,12	R\$ 4.240,00
39	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. G CX C/ 100 UND	CAIXA	1.000	R\$ 21,00	R\$ 21.000,00
40	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. M CX C/ 100 UND	CAIXA	2.500	R\$ 21,00	R\$ 52.500,00
41	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. P CX C/ 100 UND	CAIXA	2.500	R\$ 21,00	R\$ 52.500,00
42	MALETA DE URGENCIA TAMANHO G	UNIDADE	80	R\$ 52,93	R\$ 4.234,40
43	MASCARA DESCARTAVEL CX C/ 100 UND	CAIXA	10000	R\$ 9,93	R\$ 99.300,00
44	MASCARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	UNIDADE	150	R\$ 11,53	R\$ 1.729,50
45	MASCARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	150	R\$ 11,53	R\$ 1.729,50
46	PAPEL GRAU CIRURGICO C/ FILME TAM 10X100	ROLO	450	R\$ 53,23	R\$ 23.953,50
47	PAPEL GRAU CIRURGICO C/ FILME TAM 15X100	ROLO	450	R\$ 80,00	R\$ 36.000,00
48	PAPEL GRAU CIRURGICO C/ FILME TAM 20X100	ROLO	450	R\$ 87,67	R\$ 39.451,50
49	PAPEL GRAU CIRURGICO C/ FILME TAM 25X100	ROLO	250	R\$ 197,17	R\$ 49.292,50
50	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR DESC. 70X50	ROLO	800	R\$ 15,26	R\$ 12.208,00
51	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR DESC. 50X50	ROLO	800	R\$ 9,63	R\$ 7.704,00
52	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 48mmX20 m	ROLO	400	R\$ 8,93	R\$ 3.572,00
53	POLVIDINE DESGERMANTE 1000L	LITRO	50	R\$ 46,83	R\$ 2.341,50
54	POLVIDINE TÓPICO 1000L	LITRO	50	R\$ 28,06	R\$ 1.403,00
55	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO	UNIDADE	8000	R\$ 0,88	R\$ 7.040,00
56	PROTETOR SOLAR FPS 30 120 ML	UNIDADE	700	R\$ 13,12	R\$ 9.184,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 01					R\$ 743.632,55
<b>LOTE 02</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CURATIVO A BASE DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA 10CMx10CM	UNIDADE	192	R\$ 49,71	R\$ 9.544,32
2	CURATIVO A BASE DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA10CMx20CM	UNIDADE	192	R\$ 100,19	R\$ 19.236,48
3	CURATIVO A BASE DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA 6,5CMx9,20CM	UNIDADE	192	R\$ 33,57	R\$ 6.445,44
4	CURATIVO AG EXTRA FINO P/ FERIDAS PRIMARIAS E SECUNDARIAS 10CMX10CM	UNIDADE	240	R\$ 66,30	R\$ 15.912,00
5	CURATIVO AG EXTRA FINO P/ FERIDAS PRIMARIAS E SECUNDARIAS 15CMX15CM	UNIDADE	240	R\$ 116,33	R\$ 27.919,20
6	CURATIVO DE COMPRESSA ESTÉRIL AGE RAYON 7,5X7,5	UNIDADE	216	R\$ 7,39	R\$ 1.596,24

7	CURATIVO DE COMPRESSA ESTÉRIL AGE RAYON 7,5CMx15CM	UNIDADE	216	R\$ 11,33	R\$ 2.447,28
8	CURATIVO DE HIDROFIBRA ESTÉRIL AG+EXTRA 10CMx10CM	UNIDADE	264	R\$ 67,90	R\$ 17.925,60
9	CURATIVO DE HIDROFIBRA ESTÉRIL AG+EXTRA 15CMx15CM	UNIDADE	264	R\$ 128,17	R\$ 33.836,88
10	CURATIVO EM HIDROFIBRA COM PRATA IONIZADA 10CMX10CM	UNIDADE	264	R\$ 73,90	R\$ 19.509,60
11	CURATIVO EM HIDROFIBRA COM PRATA IONIZADA 15CMX20CM	UNIDADE	264	R\$ 109,55	R\$ 28.921,20
12	GEL HIDROATIVO PARA CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS TUBO	UNIDADE	200	R\$ 27,87	R\$ 5.574,00
13	PLACA DE CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CALCIO E SODIO 10CM X 10CM	UNIDADE	288	R\$ 28,73	R\$ 8.274,24
14	PLACA DE CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CALCIO E SODIO 15CM X 15CM	UNIDADE	288	R\$ 36,83	R\$ 10.607,04
15	PLACA DE CURATIVO A BASE DE ALGINATO DE CALCIO E SODIO 10CM X 20CM	UNIDADE	288	R\$ 49,27	R\$ 14.189,76
16	PLACA DE CURATIVO A BASE DE HIDROCOLOIDE 20 cm X 20 cm	UNIDADE	312	R\$ 32,37	R\$ 10.099,44
17	PLACA DE CURATIVO A BASE DE HIDROCOLOIDE 10cm X 10 cm	UNIDADE	312	R\$ 19,60	R\$ 6.115,20
18	PLACA DE CURATIVO A BASE DE HIDROCOLOIDE 15 cm X 15 cm	UNIDADE	312	R\$ 27,53	R\$ 8.589,36
19	FILME TRANSPARENTE NÃO ESTERIL TEGADERM EM ROLO 15cmX10mt	ROLO	120	R\$ 106,58	R\$ 12.789,60
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 02					R\$ 259.532,88
<b>LOTE 03</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	AGULHA HIPODERMICA 25X6	UNIDADE	15.000	R\$ 0,13	R\$ 1.950,00
2	AGULHA HIPODERMICA 25X7	UNIDADE	30.000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
3	AGULHA HIPODERMICA 25X8	UNIDADE	30.000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
4	AGULHA HIPODERMICA PARA INSULINA 13x0,45	UNIDADE	35.000	R\$ 0,14	R\$ 4.900,00
5	ATADURA DE CREPOM 12X1,20 cm 9 FIOS	ROLO	24.000	R\$ 0,65	R\$ 15.600,00
6	ATADURA DE CREPOM 15X1,20 cm 9 FIOS	ROLO	24.000	R\$ 0,81	R\$ 19.440,00
7	ATADURA DE CREPOM 20X1,20 cm 9 FIOS	ROLO	24.000	R\$ 1,04	R\$ 24.960,00
8	ATADURA DE CREPOM 30X1,20 cm 9 FIOS	UNIDADE	20.000	R\$ 1,41	R\$ 28.200,00
9	CAIXA PARA PERFUCORTANTE 13L	UNIDADE	500	R\$ 8,67	R\$ 4.335,00
10	CAIXA PARA PERFUCORTANTE 20L	UNIDADE	500	R\$ 12,63	R\$ 6.315,00
11	CANULA DE GUEDEL Nº1	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
12	CANULA DE GUEDEL Nº2	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
13	CANULA DE GUEDEL Nº3	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
14	CANULA DE GUEDEL Nº4	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
15	CANULA DE GUEDEL Nº5	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
16	CANULA DE GUEDEL Nº6	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
17	CANULA DE GUEDEL Nº7	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
18	CANULA DE GUEDEL Nº8	UNIDADE	30	R\$ 5,27	R\$ 158,10
19	CATETER TIPO OCULOS EM PVC COM 10 UNID	PACOTE	1500	R\$ 1,23	R\$ 1.845,00
20	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 14,	UNIDADE	3.000	R\$ 1,34	R\$ 4.020,00
21	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 16	UNIDADE	3.000	R\$ 1,34	R\$ 4.020,00
22	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 18,	UNIDADE	3.000	R\$ 1,36	R\$ 4.080,00

23	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 20,	UNIDADE	3.000	R\$ 1,36	R\$ 4.080,00
24	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 22,	UNIDADE	4.000	R\$ 1,36	R\$ 5.440,00
25	COLIGAÇÃO P/ SISTEMA ASPIRAÇÃO ESTÉRIL 2,0 METROS	UNIDADE	200	R\$ 7,52	R\$ 1.504,00
26	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, Nº 24	UNIDADE	4.000	R\$ 1,34	R\$ 5.360,00
27	ELETRODO AUTOADESIVO P/ELETROTERRAPIA	UNIDADE	1000	R\$ 1,35	R\$ 1.350,00
28	ESCOVA ENDOCERVICAL NÃO ESTÉRIL PCT C 100	PACOTE	200	R\$ 32,67	R\$ 6.534,00
29	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL TAM 10X4,5	ROLO	3.000	R\$ 13,33	R\$ 39.990,00
30	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL TAM. 5X4,5	ROLO	2.000	R\$ 6,38	R\$ 12.760,00
31	ESPARADRAPO MICROPOROSO BRANCO 10X4,5 MT	ROLO	2.000	R\$ 7,50	R\$ 15.000,00
32	ESPÉCULO DESCARTÁVEL VAGINAL TAM. M	UNIDADE	2.000	R\$ 1,51	R\$ 3.020,00
33	ESPÉCULO DESCARTÁVEL VAGINAL TAM. P	UNIDADE	2.000	R\$ 1,52	R\$ 3.040,00
34	ESPÉCULO DESCARTÁVEL VAGINAL TAM. G	UNIDADE	1000	R\$ 1,43	R\$ 1.430,00
35	FIO DE SUTURA NYLON Nº1 C/ AGULHA	UNIDADE	2000	R\$ 2,92	R\$ 5.840,00
36	FIO DE SUTURA NYLON Nº2 C/ AGULHA	UNIDADE	2000	R\$ 2,92	R\$ 5.840,00
37	FIO DE SUTURA NYLON Nº3 C/ AGULHA	UNIDADE	2000	R\$ 2,67	R\$ 5.340,00
38	FIO DE SUTURA NYLON Nº4 C/ AGULHA	UNIDADE	2000	R\$ 2,67	R\$ 5.340,00
39	FIO DE SUTURA NYLON Nº5 C/ AGULHA	UNIDADE	2000	R\$ 2,67	R\$ 5.340,00
40	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAM G PCT C/ 8	PACOTE	600	R\$ 13,63	R\$ 8.178,00
41	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAM M PCT C/ 8	PACOTE	600	R\$ 13,63	R\$ 8.178,00
42	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAM P PCT C/ 10	PACOTE	600	R\$ 13,63	R\$ 8.178,00
43	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM G PCT C/ 8	PACOTE	1200	R\$ 10,93	R\$ 13.116,00
44	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM M PCT C/ 8	PACOTE	300	R\$ 4,60	R\$ 1.380,00
45	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM P PCT C/ 10	PACOTE	300	R\$ 4,48	R\$ 1.344,00
46	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM XG PCT C/ 8	PACOTE	300	R\$ 4,77	R\$ 1.431,00
47	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 9 FIOS, NÃO ESTERIL HIDROFILA	ROLO	1200	R\$ 13,77	R\$ 16.524,00
48	GAZE ROLO 91X91 9 FIOS, NÃO ESTERIL HIDROFILA	ROLO	2800	R\$ 28,53	R\$ 79.884,00
49	GEL PARA ULTRASSOM, C/PH NEUTRO INCOLOR	LITRO	240	R\$ 7,30	R\$ 1.752,00
50	LÂMINA BISTURI Nº 10 AÇO CARBONO	UNIDADE	1500	R\$ 0,38	R\$ 570,00
51	LÂMINA BISTURI Nº 12 AÇO CARBONO	UNIDADE	1500	R\$ 0,38	R\$ 570,00
52	LÂMINA BISTURI Nº 20AÇO CARBONO	UNIDADE	1500	R\$ 0,38	R\$ 570,00
53	LÂMINA BISTURI Nº 22 AÇO CARBONO	UNIDADE	1500	R\$ 0,38	R\$ 570,00
54	LÂMINA BISTURI Nº 15 AÇO CARBONO	UNIDADE	1500	R\$ 0,38	R\$ 570,00
55	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100L COM 100 UNID	PACOTE	500	R\$ 41,93	R\$ 20.966,00
56	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 30L COM 100 UNID	PACOTE	500	R\$ 26,24	R\$ 13.120,00
57	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50L COM 100 UNID	PACOTE	500	R\$ 35,17	R\$ 17.585,00
58	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 200L COM 100 UNID	PACOTE	250	R\$ 68,40	R\$ 17.100,00
59	SCALP Nº 19 CAIXA COM 100UNID	CAIXA	100	R\$ 30,47	R\$ 3.047,00
60	SCALP Nº 21 CAIXA COM 100UNID	CAIXA	100	R\$ 30,47	R\$ 3.047,00
61	SCALP Nº 23 CAIXA COM 100UNID	CAIXA	100	R\$ 30,47	R\$ 3.047,00
62	SCALP Nº 25 CAIXA COM 100UNID	CAIXA	100	R\$ 30,47	R\$ 3.047,00
63	SCALP Nº 27 CAIXA COM 100UNID	CAIXA	100	R\$ 30,47	R\$ 3.047,00
64	SERINGA DESCARTÁVEL C/ AGULHA 10ML	CAIXA	800	R\$ 0,45	R\$ 360,00
65	SERINGA DESCARTÁVEL C/ AGULHA 1ML	CAIXA	1400	R\$ 0,27	R\$ 378,00
66	SERINGA DESCARTÁVEL C/ AGULHA 20ML	CAIXA	800	R\$ 0,77	R\$ 616,00
67	SERINGA DESCARTÁVEL C/ AGULHA 3ML	CAIXA	800	R\$ 0,24	R\$ 192,00
68	SERINGA DESCARTÁVEL C/ AGULHA 5ML	CAIXA	800	R\$ 0,35	R\$ 280,00

69	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°08	UNIDADE	3.000	R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
70	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°10	UNIDADE	3.000	R\$ 1,01	R\$ 3.030,00
71	SONDA DE FOLEY N° 12, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
72	SONDA DE FOLEY N° 14, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
73	SONDA DE FOLEY N° 16, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
74	SONDA DE FOLEY N° 18, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
75	SONDA DE FOLEY N° 20, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
76	SONDA DE FOLEY N° 22, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
77	SONDA DE FOLEY N° 24, 2 VIAS, 30CC	UNIDADE	1200	R\$ 4,14	R\$ 4.968,00
78	SONDA NASOENTERAL N°12 COM FIO GUIA	UNIDADE	500	R\$ 15,50	R\$ 7.750,00
79	SONDA NASOENTERAL N°14 COM FIO GUIA	UNIDADE	300	R\$ 15,50	R\$ 4.650,00
80	SONDA NASOENTERAL N°16 COM FIO GUIA	UNIDADE	300	R\$ 15,50	R\$ 4.650,00
81	SONDA NASOENTERAL N°18 COM FIO GUIA	UNIDADE	300	R\$ 15,50	R\$ 4.650,00
82	SONDA NASOG LONGA ESTERIL ATÓXICA N°10	UNIDADE	1000	R\$ 1,11	R\$ 1.110,00
83	SONDA NASOG LONGA ESTERIL ATÓXICA N°12	UNIDADE	1000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
84	SONDA NASOG LONGA ESTERIL ATÓXICA N°14	UNIDADE	1000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
85	SONDA NASOG LONGA ESTERIL ATÓXICA N°16	UNIDADE	1000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
86	SONDA URETRAL DE ALIVIO, ESTÉRIL ATÓXICA N° 14	UNIDADE	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
87	SONDA URETRAL DE ALIVIO, ESTÉRIL ATÓXICA N° 16	UNIDADE	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
88	SONDA URETRAL DE ALIVIO, ESTÉRIL ATÓXICA N° 18	UNIDADE	500	R\$ 1,07	R\$ 535,00
89	SONDA URETRAL DE ALIVIO, ESTÉRIL ATÓXICA N° 10	UNIDADE	500	R\$ 1,08	R\$ 540,00
90	SONDA VESICAL DE ALIVIO N° 12	UNIDADE	300	R\$ 0,98	R\$ 294,00
91	SONDA VESICAL DE ALIVIO N° 14	UNIDADE	300	R\$ 0,99	R\$ 297,00
92	SONDA VESICAL DE ALIVIO N° 16	UNIDADE	300	R\$ 1,00	R\$ 300,00
93	SONDA VESICAL DE ALIVIO N°18	UNIDADE	300	R\$ 1,01	R\$ 303,00
94	CAIXA DE SULTURA EM AÇO INOX 7 ITENS COMPLETA (CABO P/BISTURI N°3, PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 12 cm, PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO 12 cm, PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 12 cm, PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 cm, TESOUZA IRIS OU GENGIVA RETA 12 cm )	KIT	10	R\$ 299,66	R\$ 2.996,60
95	FIO CATGUT CROMADO N°0 CX C/ 24 UND	CAIXA	500	R\$ 116,33	R\$ 58.165,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 03					R\$ 616.981,40

#### JUSTIFICATIVA:

2.1. A aquisição destes insumos e material médico-hospitalares visa atender às demandas originárias das necessidades rotineiras e/ou excepcionais, porém essenciais ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Espírito Santo.

2.2. Justifica-se ainda, a aquisição dos insumos e material médico-hospitalares, pois constituem itens de necessidade essenciais para o pleno atendimento dos pacientes que utilizam desses serviços, manifestadas através do processo de reposição dos estoques. Os materiais incluídos no referido grupo correspondem a classes variadas de uso. Dessa forma, o suprimento adequado dos itens incluídos no presente termo é indispensável para o funcionamento de todas as linhas de cuidados de uma Unidade Básica de Saúde.

2.3. No mesmo compasso, entendemos que os insumos médico-hospitalares é um suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afetaria a qualidade de vida do usuário e a credibilidade dos serviços do sistema de saúde, forma ampla, se destina a melhorar e tornar mais eficiente o atendimento dos serviços de urgência e emergência nas Unidades Básicas de Saúde de alta e média complexidade, garantindo o acesso aos insumos médico-hospitalares em curto prazo, minimizando o desabastecimento e consequente desassistência ao paciente.

2.4. Portanto, a contratação do objeto requerido através de Pregão Eletrônico sob Sistema Registro de Preços, faz-se necessária visando manter os estoques de insumos e material médico-hospitalares da Assistência Farmacêutica e dessa forma atender as Unidades de Saúde do Município de Espírito Santo, bem como os usuários do SUS.

### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para a qualificação técnica, são solicitados os seguintes documentos:

3.1. Sem prejuízo das demais documentações exigidas em lei, a(s) proponente(s) deverá (ão) ao tempo da habilitação apresentar:

3.1.1. Apresentar Licença Sanitária, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, ou Distrito Federal ou Municípios, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer;

3.1.2. Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

3.1.3. Apresentar Registro dos Produtos ou a Notificação ou a Dispensa de Registro, vigente e atualizado, via impressão no site da Anvisa, de acordo com a RDC nº 185 de 22 de outubro de 2011, § 1º; 13.1.3.1. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

3.1.3.2. Se o registro tiver vencido, a empresa deve apresentar cópia do protocolo em que solicita à ANVISA a renovação do certificado nos termos do art. 12 da Lei nº 6.360/76 e RDC 185/2001, que trata, entre outras coisas, da revalidação e do cancelamento do registro.

3.1.3.3. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, em características e prazos. Se ainda restarem dúvidas, quando da análise, será facultado a esta Secretaria solicitação de outros documentos comprobatórios, tais como Notas Fiscais entre outros.

### 4. CATÁLOGO E AMOSTRAS PARA AVALIAÇÃO E/OU VALIDAÇÃO:

4.1. Os licitantes vencedores deverão fornecer catálogo do fabricante, com descrições completas sobre o(s) objeto(s) para a análise técnica, a ser encaminhado para o Setor de Licitação do Município de Espírito Santo – Av. Prefeito Manoel Correia, nº 35, no prazo máximo de até 03 (três) dias após solicitação feita pelo(a) Pregoeiro(a)

4.2. O Setor de Licitação do Município tem o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da entrega, para análise do catálogo e identificação da necessidade de amostras.

4.3. Caso o(s) catálogo(s) não seja(m) suficiente(s) para confirmar que o(s) produto(s) apresentado(s) corresponde(m) ao(s) àquele(s) do certame, deve ser solicitada 01 (uma) amostra do item para análise.

4.3.1. As amostras apresentadas deverão ter validade mínima de 03 (três) meses.

4.4. A entrega da amostra deverá ser efetuada dentro do prazo de 03 (três) dias conferidos pelo(a) Pregoeiro(a) a Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN;

4.5. Endereço de entrega: Av. Prefeito Manoel Correia, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN.

4.6. Fica facultada a entrega direta da amostra, acompanhada ou não do catálogo, que deverá ser efetuada no endereço previsto no item supracitado, dentro do mesmo prazo de 03 (três) dias conferidos pelo(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN, o critério de julgamento das amostras será para atestar se a descrição do produto está de acordo com este TR; e se a validade está visível;

4.7. A apresentação dos Catálogos e/ou das amostras do produto cotado é de suma importância considerando que um defeito no produto ou não atendimento das especificações técnicas coloca em risco a integridade física e a vida do paciente que está sofrendo esta intervenção.

### 5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

5.1. Os bens a serem adquiridos são de natureza comum, conforme Art. 1º da Lei 10.520/2002.

## 6. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DO OBJETO:

6.1. O objeto deste Termo de Referência, deverá ser entregue no Almoxarifado, situado à Av. Prefeito Manoel Correia, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN, em dia e horário de expediente (segunda a sexta - 8h00 às 14h00h, horário local), sem ônus de frete para o Município, e acompanhados das respectivas NOTAS FISCAIS.

## 7. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

7.1. O material objeto deste Termo de Referência deverá:

7.1.1. Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes.

7.1.2. Ser fornecidos em embalagens originais, lacradas e esterilizadas, quando for o caso, contendo a indicação de marca e dados do fabricante, como Razão Social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade e/ ou garantia.

7.2. Deverão ainda possuir em suas embalagens unitárias, quando for o caso, garantia e/ou validade e demais informações que se façam necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

7.3. Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas (pacote, rolo, unidade, caixa, ampola).

7.4. A entrega dar-se-á somente acompanhada das respectivas notas fiscais, catálogos, folders e/ou manuais com descritivos em português. Caso sejam apresentados em língua estrangeira, eles deverão ser acompanhados da respectiva tradução, com todas as especificações técnicas do produto em língua portuguesa (Brasil).

7.5. No ato da entrega será exigido rigorosamente que os insumos médico-hospitalares sejam do fabricante e/ou marca registrados na proposta da empresa, quando declarada vencedora do item e/ou lote no certame, bem como que as especificações dos itens sejam as mesmas constantes deste TR, e, em casos de impossibilidade de entrega do objeto deste, conforme fabricante, marca e/ou especificação ofertada, a empresa deverá solicitar troca, justificando a inviabilidade, com antecedência mínima de 05 (cinco) da entrega, visando à análise e decisão do requerimento por parte do Setor Competente da Administração com anuência do Gestor da Pasta.

7.6. Da troca de marca, somente será autorizada, desde que cumprido os requisitos abaixo:

7.6.1. A contratada deve comprovar o fato superveniente não imputável a ela, que inviabilizou o fornecimento da marca homologada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante, falta de matéria prima ou caso fortuito ou força maior), comprovado pelo fabricante/e ou a empresa. Além disso, a nova marca ofertada deve ser de qualidade igual ou superior à inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados neste TR e edital.

7.6.2. A administração analisará e se manifestará quanto à troca de marca, através do Parecer Técnico e autorização pelo Gestor da pasta, mediante a previsão de abastecimento e o interesse da administração, bem como a emergência que o caso requer;

7.6.3. Fica proibido à troca de marca sem anuência da administração, acaso a empresa vencedora, pratique tal conduta, o item será rejeitado em parte ou total, se assim o fizer.

7.6.4. Nas condições supracitadas, a troca de marca, deverá ser submetida ao Setor de Cotação, para análise dos preços praticados, em compras governamentais, para o produto a ser fornecido, podendo resultar em glosa no item homologado, que mediante a ciência da empresa, a glosa ocorrerá na Nota Fiscal;

7.7. O armazenamento e transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas como controle de temperatura, calor, umidade e luz, determinadas pela ANVISA sob pena de devolução em caso de não conformidade.

7.8. Produtos contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria de Saúde do Município.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.10. Os quantitativos dispostos neste Termo de Referência são meras estimativas, não constituindo, em hipótese alguma, compromissos futuros para a contratante, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

## 8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

O objeto deste TR, serão recebidos em conformidade com o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

8.1. A empresa vencedora deverá comunicar oficialmente ao contratante no dia previsto para a entrega no endereço especificado no item 6 (LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA), com antecedência mínima de 48 horas.

8.1.2. Provisoriamente:

a) Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto deste TR, com a especificação do Termo de Referência;

b) Neste momento o canhoto da Nota Fiscal será assinado pelo fiscal do contrato ou membro da Comissão de Recebimento, devidamente designados através de Ato Normativo do Gestor da Pasta;

8.1.3. Definitivamente:

a) Após a verificação da qualidade, finalidade e quantidade do objeto deste Termo de Referência, efetivar-se-á a aceitação;

b) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento, designados através de Ato Normativo do Gestor da Pasta;

c) O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, não deverá exceder o prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

8.2. Os itens do objeto deste Termo de Referência, serão recusados:

a) No todo ou em parte quando em desacordo com a funcionalidade, qualidade e especificações constantes neste Termo de Referência ou na "Proposta de Preço" considerada apta, devendo ser substituído, à custa da Contratada, sem prejuízo e/ou ônus para a Administração;

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade;

c) Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de qualidade e quantidade do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Fiscal do Contrato ou membro da Comissão de Recebimento com ciência do Gestor do Processo;

d) Será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e/ou substituído.

8.2.1. Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

8.2.2. Os itens do objeto deste Termo de Referência, de origem estrangeira deverão constar em suas embalagens as informações em português (Brasil) para conhecimento e classificação.

## 9. PRAZO DE ENTREGA:

9.1. Todos os produtos deverão ser entregues mediante recebimento da OC (Ordem de Compra) no local estipulado para entrega acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

9.2. Prazo de entrega: em até 5 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento por parte da contratada da solicitação.

9.3. O Município reserva o direito de não receber os itens em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a Ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

9.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verificarem irregularidades.

9.5. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens no ato da entrega, reservando-se o Município de Espírito Santo o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

9.6. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões). - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9.7. A Contratada deverá manter sua regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação, na execução do contrato.

9.8. A Administração municipal reserva-se ao direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros comprovadamente.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10.1. A CONTRATADA se compromete a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência; assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao órgão contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência; acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: marca, fabricante e prazo de validade quando houver;
- d) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto neste termo.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) O licitante deverá apresentar uma declaração de que os insumos fornecidos serão recolhidos e substituídos, sem ônus para o Município, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.
- h) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- i) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- b) Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- c) Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- d) Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- e) Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
- g) Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
- h) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
- i) As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

## 12. FORMA DE FISCALIZAÇÃO



12.1. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, que serão oportunamente designados pela Administração.

12.2. Os representantes da Prefeitura, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

### 13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, e serão certificadas por ocasião de cada contratação.

### 14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

14.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, conforme prazos estabelecidos nas Resoluções nº 028/2020 e 032/2016 do TCE/RN e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

14.2. Para que seja atestada a Nota Fiscal apresentada pela Contratada deverá estar acompanhada das seguintes comprovações:

14.2.1. Ocorrerá à retenção ou glosa, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando essa não produzir os resultados, deixarem de entregar ou não entregar com a qualidade dos materiais licitados;

14.2.2. O pagamento está condicionado ainda, ao ATESTO na Nota Fiscal de Mercadoria – Nfe, que comprove a aquisição dos insumos.

14.2.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal de Mercadorias deverá ser o mesmo indicado no Empenho, na liquidação e no domicílio bancário;

14.2.3. Atestada(s) a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da Lei.

14.3 A Nota Fiscal de Mercadorias deverá estar bem explícita na sua descrição os quantitativos unitários por item, o preço unitário por item, o preço total por item. E nas observações das Nfe's o número do Empenho, o número do contrato, o número do pregão eletrônico e o domicílio bancário.

14.4 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto deste termo de referência, correrão por conta exclusiva da contratada.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da execução é aquela prevista no Edital.

### 16. DA EXPEDIÇÃO E AUTORIZAÇÃO

16.1 Este Termo de Referência foi expedido no Município de Espírito Santo/RN, conforme determinações da Lei, autorizado e ratificado pelo gestor da pasta solicitante.

Artur Felipe de Araújo Silva  
Secretário Municipal de Saúde

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN**  
**ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n°. \_\_\_\_\_, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe ao Município de Espírito Santo/RN, o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT	VALOR UNIT.	V. TOTAL

Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, como fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 – PMES/RN**  
**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes das condições deste Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 – PMES/RN**.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (Lei nº. 9.854/99)**

(empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do dispositivo no inciso V do art. 27 da Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN**  
**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da lei.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN**  
**ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.160.756/0001-00, com sede na Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.362.287/0001-01, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO**, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decretos Municipais nºs. 003, de 14 de janeiro de 2013 e 004, de 14 de janeiro de 2013; e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (com suas posteriores alterações); conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN**, homologado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, resolve registrar o preço oferecido pela licitante, como segue:

Nome da pessoa jurídica:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representante Legal:

CPF:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR AQUISIÇÃO DE INSUMOS e MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES**, conforme especificações do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.2. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. No caso de aumento dos preços o fornecedor deverá solicitar revisão de valor, a qual deve ser por ele fundamentada e justificada mediante a devida comprovação da real oscilação do valor de mercado.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, será realizada ou não, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa e ordem de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta *on line*, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 3º, §1º. da IN SLTI/MPOG n.º 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

### **CLÁUSULA SETIMA - DO PREÇO**

7.1 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irremovíveis durante a validade desta Ata de Registro de Preço.

7.2 - Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº. 8.666/93, o Órgão Gestor, poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata de Registro de Preço, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo Prefeito Municipal.

7.3 - Caso a licitante registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou apresentação de nota(s) fiscal(is) do seu fornecedor, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento. Para análise da solicitação, o Órgão Gestor adotará ampla pesquisa de preços em pessoas físicas e jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Ata de Registro de Preço.

7.4 - Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

7.5 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados o Município de Espírito Santo/RN, e os propostos pela licitante à época da realização do certame licitatório.

7.6 - Fica vedado à licitante registrada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES**

8.1 - A **EMPRESA REGISTRADA** obriga-se a:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência; assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao órgão contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência; acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: marca, fabricante e prazo de validade quando houver;

d) Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto neste termo;



- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- g) Apresentar uma declaração de que o medicamento fornecido será recolhido e substituído, sem ônus para o Município, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.
- i) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- j) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

#### 8.2 - O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- b) Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- c) Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- d) Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- e) Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção;
- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
- g) Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
- h) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento;
- i) Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados;
- j) As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 9.1. Os serviços deverão ser prestados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação da Ordem de Compras;
- 9.2. Qualquer alteração no endereço de entrega será informada na Ordem de Compras;
- 9.3. Após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho pelo fornecedor, os serviços deverão ser realizados **IMEDIATAMENTE**, num prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;
- 9.4. Não será recebido e, conseqüentemente, será colocado à disposição do fornecedor, o objeto que não for compatível com as características exigidas neste Termo de Referência, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha;

9.5. Depois de recebidos, os objetos serão conferidos pelo setor competente, caso se constate qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, sem ônus à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da notificação formal emitida;

9.6. Em caso de substituição do objeto, correrão às expensas da CONTRATADA as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do objeto oriundo dos serviços ora elencados;

9.7. Todo e qualquer ônus decorrente da execução e entrega do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/fatura em até trinta (30) dias contados do ATESTO, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela Secretaria Municipal beneficiada encaminhados à Setor Financeiro, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao Processo Licitatório, bem como do Procedimento Licitatório.

10.1.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, preferencialmente emitindo nova Nota Fiscal devidamente corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.3. Quando do pagamento, poderá ser efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

10.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o art. 6º. da Instrução Normativa RFB nº. 1.234/2012.

10.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 3.555/2000 e do Decreto nº. 5.450/2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Fizer declaração falsa;

11.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 - PMES/RN** e a proposta da empresa.

12.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 5.450/2005, do Decreto nº. 3.555/2000, do Decreto nº. 7.892/2013, da Lei nº. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº. 3.722/2001, da Lei Complementar nº. 123/2006 e da Lei nº. 8.666/1993, subsidiariamente.

12.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de Goianinha/RN, com exclusão de qualquer outro.

**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**  
**FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

Empresa Registrada

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000037/2022 – PMES/RN**  
**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**  
**LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

(nome ou nome da pessoa jurídica)\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de Espírito Santo/RN e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal